

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



Portus é o fundo de pensão da Companhia Docas

Chega ao fim intervenção no Portus. Nova diretoria assume

Acordo para equilibrar um déficit bilionário põe fim à intervenção no fundo de previdência complementar dos empregados da Companhia Docas (Portus). O fundo ficou sob intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) por 14 anos. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (30).

Portuários

Criado na década de 70, o Portus é o fundo de pensão dos trabalhadores do sistema portuário. Em 2011, devido ao crescente desequilíbrio técnico verificado no Plano de Benefícios Portus 1 Superintendência Nacional de Previdência Complementar fez a intervenção.

Uma nova diretoria tomou posse e terá seis meses para organizar uma eleição para escolha de novos dirigentes. Foram empossados: Sócrates Chaves, como diretor-presidente; Eduardo Guerra, na diretoria de segurança, e Vitor Robaina, para a diretoria administrativa e financeira. Os conselhos deliberativo e fiscal também têm novos representantes.

Irregularidades

Na época, foram identificados três fatores que levaram a essa situação: a falta de adequação atuarial do plano de benefícios e, consequentemente, de seu plano de custeio; retirada de patrocínio da Portobrás e contribuições não vertidas ao plano pelas patrocinadoras.



Paço Municipal de Ilhabela. Nova turma será no dia 15

Prefeitura oferece programa de pré-aposentadoria

A Prefeitura de Ilhabela, no litoral paulista, oferece programa pré-aposentadoria para servidores. Com o lema “Educar hoje para garantir o amanhã”, o programa reforça a importância do planejamento financeiro antecipado e mostra estratégias para manter a estabilidade no período pós-trabalho. Até o momento, se-

gundo informações da prefeitura, já foram capacitados 36 servidores em seis eventos, com palestras que abordaram tópicos relevantes como investimentos, dívidas e gerenciamento do orçamento familiar. Outros 22 servidores estão sendo convidados para o próximo workshop do programa no dia 15 de julho.

Capacitação

O programa de pré-aposentadoria é uma capacitação promovida pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Ilhabela (IlhabelaPrev), em parceria com a Escola de Governo da Prefeitura, ligada à Secretaria de Administração do município.

Reforma

O relator do Grupo de Trabalho da reforma administrativa da Câmara, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), vai propor uma regra para permitir o ingresso no serviço público em níveis mais altos das carreiras. Segundo ele, flexibilizar a entrada vai reduzir o salário de entrada.

Conteúdos

A formação previdenciária consiste em orientações teóricas e práticas que auxiliem na organização da transição para a aposentadoria. Para isso, o programa oferece conteúdos sobre planejamento financeiro, direitos e deveres previdenciários, saúde física e mental.

Prorrogação

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prorrogou o prazo de inscrições para a Rede Nacional de Certificados (RNC) até 7 de julho. Os selecionados poderão atuar na aplicação do Enem 2025 e da Prova Nacional Docente (PND).

Gastos com Previdência ficaram estáveis em 2024

Investimento público no setor foi o mesmo que em 2023

Por Martha Imenes

O percentual de gastos do governo federal com as contas da Previdência Social no ano passado foi o mesmo de 2023. O balanço do Setor Público Nacional (BSPN), divulgado pelo Tesouro, mostra que não houve “explosão” de gastos neste item em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2024, os percentuais de recursos aplicados pelo setor público em Previdência Social e Assistência Social, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), mantiveram-se os mesmos de 2023.

O item “Previdência Social” ficou em 20,6% do total e 12% do PIB em 2024 e “Assistência Social”, com 5% do total e 3% do PIB, mesmos percentuais comparados a 2023.

Essa informação vem do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) divulgado nesta segunda (30) pelo Tesouro Nacional.

De acordo com a Agência Brasil, conforme a Constituição Federal, a diferença entre



Por meio de carnê, cidadão pode contribuir com a Previdência Social

as contribuições dos trabalhadores à Previdência e os valores pagos a aposentados e pensionistas não se caracteriza “rombo”. Isso porque a Constituição prevê a obrigatoriedade de o Estado financiar e complementar a outra parte.

“Art. 195. A Seguridade Social será financiada por toda sociedade, de forma direta e

indireta, nos termos do art. 195 da Constituição Federal e desta Lei, mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.” Ainda de acordo com a lei máxima, devem entrar na cobertura da Previdência os recursos advindos da tributação de jogos de azar e loterias.

A publicação do Tesouro traz a consolidação das contas relativas a 2024 da União, dos 26 estados, do Distrito Federal e de 5.266 municípios (94% do total dos entes federativos) recebidas por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) até 13 de maio de 2025.

Resultado sem extrapolar projeções

A manutenção do desembolso do setor público com a Previdência Social sinaliza que os gastos previdenciários não extrapolaram as projeções em 2024.

Apesar de aumento de benefícios pagos pela Previdência Social – de 510.141 em dezembro de 2023 para 530.306 em igual período de 2024 –, ações contínuas de controle como a economia de gastos com pagamento de juros na concessão de

benefícios atrasados impactaram positivamente os gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), executor dos pagamentos de benefícios previdenciários, como aposentadorias, auxílio-doença, pensões, entre outros.

Entre as ações adotadas pelo INSS para equalizar as despesas estão a otimização de ferramentas tecnológicas que garantem concessões em menor espaço de tempo. Entre elas

está o Atestmed, que faz análise documental nos casos de afastamento por auxílio-doença sem necessidade de perícia médica presencial; e o INSSJUD, que permite a concessão judicial de benefícios por incapacidade em um curto espaço de tempo. As duas ferramentas entraram em operação em 2023 e 2024, respectivamente.

Análises criteriosas nas concessões de benefícios por meio do Atestmed, além de medidas

cautelares e administrativas, previam economia de R\$ 7,3 bilhões em 2024.

O montante de economia gerada, no entanto, ainda não foi divulgado oficialmente pelo INSS.

As contas da Previdência Social são compostas pelas receitas provenientes das contribuições dos trabalhadores e empregadores, além de outras fontes como receitas da União e outras fontes de custeio.

Setor de serviços gerou 70 mil vagas

Valter Campanato/Agência Brasil



Marinho: o que mais afasta jovens do mercado é o salário

tado do mês passado decorreu de 2.256.225 admissões e de 2.107.233 desligamentos no período.

Na indústria, foram 21.569 novos empregos gerados, enquanto na agropecuária o saldo positivo foi de 17.348 e, na construção civil, o número de

novos empregos gerados é de 16.678.

O maior crescimento relativo ocorreu no Acre, com variação de 1,24%. O saldo negativo foi verificado apenas no Rio Grande do Sul, com total negativo de 115 vagas de emprego.

No mês de maio, a geração

de postos foi mais positiva para mulheres (78.025) do que para os homens (70.967). O crescimento também foi verificado para os jovens de 18 a 24 anos (98.003), sendo maior a geração de empregos no comércio (35.901) e na indústria da transformação (20.287).

“Dos 148 mil (postos de trabalho), nós temos a esmagadora maioria de jovens. Então, derruba por terra essa certeza de muita gente de que os trabalhadores jovens não estão aceitando ir para o mercado de trabalho”, disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

Segundo ele, o que mais afasta os jovens do mercado formal são os baixos salários oferecidos.

O salário médio real de admissão em maio foi de R\$ 2.248,71, queda de meio por cento no salário médio do mês anterior.

CPNU abrirá inscrições na quarta

As inscrições para a segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) começam na quarta-feira (02) e seguem até o dia 20, informou nesta segunda-feira (30) o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A taxa de inscrição única será de R\$ 70. Serão 3.642 vagas distribuídas em 32 órgãos públicos.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a banca examinadora responsável pela organização

do concurso.

As provas objetivas serão aplicadas no dia 5 de outubro, das 13h às 18h, em 228 cidades de todos os estados e no Distrito Federal. O objetivo é garantir a acessibilidade e reduzir custos para os candidatos.

Para os habilitados, será aplicada uma prova discursiva no dia 7 de dezembro. A primeira lista de classificados deve ser divulgada no dia 30 de janeiro de 2026.

Os cargos serão agrupados em nove blocos temáticos, que organizam os cargos por áreas de atuação semelhantes. O modelo – já adotado na edição anterior do concurso – permite que os candidatos concorram a diferentes cargos dentro do mesmo bloco, com uma única inscrição.

No momento em que fizer sua inscrição, o participante poderá definir sua lista de preferência, de acordo com inte-

resses profissionais, formação acadêmica e experiência.

Para este concurso estão previstas 300 vagas de Analista do Seguro Social, que exige nível superior. Apesar de ter previsto no ano passado a liberação de concurso para 500 vagas, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) reduziu o número.

Para o próximo ano, segundo o INSS, serão solicitadas 8,5 mil vagas.